



Relatório Trimestral de Atividades

2º Trimestre de 2012



Relatório Trimestral de Atividades

2º Trimestre de 2012

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

© TCEES, 2012

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório de Atividades Trimestral: 2º trim 2012 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2012.

44p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório de Atividades Trimestral: 2º trim 2012.

I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Vice-Presidente

Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Corregedor Geral

Conselheiro Valci José Ferreira de Souza *(Afastado por decisão judicial)*

Conselheiro Marcos Miranda Madureira *(Afastado por decisão judicial)*

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva

Procurador Geral

Procurador Luciano Vieira

Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira

Diretora Geral de Secretaria

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

MISSÃO

ORIENTAR E CONTROLAR A GESTÃO DOS
RECURSOS PÚBLICOS EM BENEFÍCIO
DA SOCIEDADE

NEGÓCIO

CONTROLE EXTERNO



VISÃO

SER INSTITUIÇÃO DE EXCELÊNCIA
NA ORIENTAÇÃO E NO CONTROLE DA
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS
ATÉ 2015

VALORES

PROFISSIONALISMO
EQUIDADE
ÉTICA E TRANSPARÊNCIA
EXCELÊNCIA DE DESEMPENHO
RESPONSABILIDADE SUSTENTÁVEL

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o Relatório de Atividades referente ao 2º trimestre de 2012.

Nesse período destacam-se, dentre as atividades realizadas pelo TCEES, as seguintes ações:

- ✓ Instituição da metodologia de gestão de projetos no TCEES (Resolução TCEES nº 235/2012).
- ✓ Atualização da interpretação das normas dos Regimes Próprios de Previdência Social no tocante às aposentadorias proporcionais (Resolução TCEES nº 236/2012).
- ✓ Regulamentação da Política de Governança de Tecnologia da Informação do TCEES - PGTI/TCEES (Resolução TCEES nº 237/2012).
- ✓ Instituição de novos mecanismos adequados à fiscalização (Resolução TCEES nº 238/2012).
- ✓ Publicação da *Norma das Normas*, que disciplina e padroniza a elaboração de documentos internos do TCEES (Resolução TCEES nº 239/2012).
- ✓ Concessão da assistência à saúde, na forma de auxílio financeiro, no âmbito do TCEES (Resolução TCEES nº 240/2012).
- ✓ Estabelecimento de uma nova sistemática relativa aos recursos, ao pedido de revisão e ao procedimento de conversão de processos de fiscalização em contas (Resolução TCEES nº 241/2012).
- ✓ Publicação da Resolução TCEES nº 242/2012 que estabelece aos Poderes e Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios do Estado do Espírito Santo a adoção obrigatória do Plano de Contas, das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos a que se referem as Portarias STN 406/2011, 828/2011 e 231/2012, com respectivo cronograma de implementação.

- ✓ Nova orientação sobre a contagem dos prazos processuais por parte da Secretaria-Geral das Sessões do TCEES (Resolução TCEES nº 243/2012).
- ✓ Realização do Treinamento Experiencial ao Ar Livre – TEAL para os servidores do TCEES.
- ✓ Criação do Coral de Contas, sob a regência do maestro Cláudio Modesto.
- ✓ Implantação da ginástica laboral do TCEES.
- ✓ Adequação do mobiliário às normas técnicas e ergonômicas.
- ✓ Criação da unidade de manutenção e obras.
- ✓ Criação da unidade de contratações.
- ✓ Implantação do sistema informatizado de controle de obras públicas - GEO-OBRAS.

Vitória, 13 de agosto de 2012

Conselheiro **Sebastião Carlos Ranna de Macedo**

Presidente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TCEES EM NÚMEROS	8
3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	10
3.1 ATOS DO PLENÁRIO	10
3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS	13
4 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS.....	16
5 CORREGEDORIA GERAL	18
6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	19
6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.....	19
6.2 GESTÃO DE PESSOAS	22
6.3 SERVIÇOS GERAIS	24
6.4 CONTROLE DOCUMENTAL	25
7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	27
8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	29
9 NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO	30
10 NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS	31
ANEXOS	32
ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA	32
ANEXO 2 – ORGANOGRAMA.....	33
ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ATOS DO PLENÁRIO	35

1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no segundo trimestre de 2012.

As informações disponibilizadas neste relatório foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Nos capítulos subsequentes estão registradas as principais atividades, divididas nas seguintes áreas: Controle Externo, Ministério Público Especial de Contas, Corregedoria Geral, Administrativa, Comunicação Institucional, Tecnologia da Informação, Núcleo de Controle Interno, Núcleo de Planejamento e Projetos, Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas, Núcleo de Engenharia e Obras e Núcleo de Assuntos Estratégicos.

Ao final são apresentados os seguintes anexos:

Anexo 1 - Competência, jurisdição e estrutura.

Anexo 2 - Organograma.

Anexo 3 - Descrição detalhada dos atos do Plenário.

2 TCEES EM NÚMEROS

A tabela abaixo consolida os principais resultados do controle externo no 2º trimestre.

Resultados do Controle Externo	2º Trim
Auditorias realizadas	38
Total de processos autuados	2.249
Processos de pessoal do TCEES	19
Processos administrativos do TCEES	87
Processos de controle externo	2.143
Total de processos julgados ou apreciados conclusivamente	1.113
Atos de pessoal apreciados	990
Atos de pessoal com registro negado	-
Denúncias julgadas	9
Denúncias julgadas procedentes	2
Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador	14
Pareceres prévios pela rejeição ¹	-
Acórdãos proferidos	106
Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades	80
Acórdãos com contas julgadas irregulares ²	6
Acórdãos em julgamento de atos de gestão: executivos municipais	2
Acórdãos com atos de gestão julgados irregulares ³	-
Recursos julgados ou apreciados	6
Recursos com provimento negado	1
Certidões emitidas	61

¹ Nos pareceres prévios pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

² Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

³ Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

A tabela abaixo apresenta as comissões instituídas no 2º trimestre.

Portaria N Nº	Comissão instituída	Data da portaria	Data de publicação no DOE
24	Comissão Permanente de Avaliação Documental - CPAD	03/04/12	04/04/12
31	Comissão técnica para promover e coordenar a realização do concurso público para provimento de vagas nos cargos de Auditor (Conselheiro Substituto) e de Auditor de Controle Externo do TCEES (REVOGADA)	08/05/12	09/05/12
34	Comissão técnica para o projeto “GEO-Obras”	15/05/12	17/05/12
38	Comissão técnica para o projeto “Modernizar programa de estágio do TCEES”	29/05/12	31/05/12
40	Comissão projeto “Implantar diário oficial eletrônico do TCEES”	05/06/12	11/06/12
42	Comissão técnica para “Elaborar a proposta orçamentária do TCEES para o exercício 2013”	12/06/12	13/06/12
43	Comissão técnica para o projeto “Elaborar o projeto de engenharia para a construção do anexo do TCEES”	12/06/12	13/06/12
44	Comissão técnica para promover e coordenar a realização do concurso público para provimento de vagas nos cargos de Auditor (Conselheiro Substituto) e de Auditor de Controle Externo do TCEES.	12/06/12	15/06/12

3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 ATOS DO PLENÁRIO

O Plenário, constituído por sete conselheiros, reúne-se em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Descrição	2º Trim	Acumulado
Sessões plenárias	25	54
Ordinária	22	45
Especial	2	6
Administrativa	1	3
Processos em pauta	1.513	3.951
Julgados ou apreciados de forma	1.385	2.498
Chamamentos relativos a processos	876	1.704
Notificações	369	740
Citações	507	964

A Secretaria Geral das Sessões é o setor responsável por secretariar sessões, prestar assessoria ao Plenário e adotar medidas necessárias decorrentes de atos.

Atos do Plenário	2º Trim	Acumulado
Decisões	1.329	3.621
Acórdãos	106	196
Pareceres prévios	16	29
Pareceres em consulta	1	4
Resoluções	9	15
Total	1.461	3.865

Resoluções - firmam entendimento de caráter normativo acerca de matérias de sua competência.

Pareceres em consulta - emitidos quando se trata de consultas.

Pareceres prévios - emitidos após análise das contas prestadas pelo governador e pelos prefeitos e os recursos relacionados a elas.

Acórdãos – emitidos na decisão definitiva em processo de prestação de contas, tomada de contas e relatório de auditoria; decisões condenatórias, impondo ressarcimento e/ou multa; decisões que apreciarem o mérito em processo de recurso; contas prestadas pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e pelas Mesas das Câmaras Municipais; decisões que apreciarem o mérito em processos de denúncia, de auditorias, em prestação de contas de convênios ou de instrumentos congêneres.

Decisões - geradas quando da apreciação de legalidade dos atos de pessoal sujeitos a registro; conversão de julgamento em diligência; determinação de auditorias e de arquivamento de processo ou documento; questões de natureza administrativa interna; questões de simples deferimento; outras questões não enquadradas anteriormente.

As tabelas a seguir descrevem os pareceres em consulta e apresentam um demonstrativo consolidado dos resultados dos pareceres prévios, acórdãos e decisões. A descrição detalhada dos resultados dos Acórdãos e Pareceres Prévios encontra-se no Anexo 3.

Pareceres em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
004	P. Iconha (Dercelino Mongin)	Licitação - Participação - Empresa que tem como sócio acionista um Secretário Municipal -Impossibilidade - Construtora que tem como engenheiro responsável o filho do Prefeito - Impossibilidade - Empresa que tem como sócio um servidor público Municipal, efetivo ou comissionado - Possibilidade apenas se o cargo público não contiver poder suficiente para interferir na contratação
005	C. Marilândia (Adilson Reggiani)	Conhecer. Responder nos termos dos Pareceres Consulta PC-03/2008, PC-30/2005, PC-31/2005 e PC-38/2003. Encaminhar cópias.
006	P. Barra de São Francisco (Waldeles Cavalcanti)	Conhecer. Responder nos termos da OTC-06/2012 e da Decisão TCU-215/99.

Resultados dos Pareceres Prévios	2º Trim	Acumulado
Prestação de Contas	14	24
Parecer pela aprovação	14	24
Recursos	2	5
Negar provimento – rejeição	1	1
Provimento - reformular parecer – aprovação	1	2
Não conhecer	-	2
Total⁴	16	29

⁴ A diferença entre o número de pareceres prévios e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

Resultados dos Acórdãos	2º Trim	Acumulado
JULGAMENTO CONCLUSIVO	116	210
Atos de gestão – Executivos Municipais	2	10
Regular	1	1
Regular com ressalva	-	1
Irregular	-	6
Saneado	1	1
Outros	-	1
Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras	10	18
Regular	7	11
Regular com ressalva	1	1
Irregular	1	3
Saneado	-	2
Outros	1	1
Prestação de Contas - Demais entidades	74	115
Regular	64	94
Regular com ressalva	6	13
Irregular	2	4
Saneado	1	1
Outros	1	3
Prestação de Contas - Convênio	2	2
Irregular	1	1
Outros	1	1
Denúncias	10	22
Procedente	2	4
Parcial procedente	1	1
Improcedente	5	11
Saneado	-	1
Outros	2	5
Recursos	4	13
Provimento	1	1
Provimento parcial	-	4
Negado provimento	-	1
Saneado	1	1
Outros	2	6
Representação	10	21
Procedente	2	6
Parcialmente procedente	2	3
Improcedente	4	6
Outros	2	6
Outros assuntos	4	9
Regular	1	3
Irregular	2	3
Regular com ressalva	1	2
Outros	-	1
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	5	6
Multa	5	6
Total⁵	121	216

⁵ A diferença entre o número de acórdãos e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

Resultados das Decisões	2º Trim	Acumulado
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	990	2.269
Registro	990	2.269
Admissão	458	1.269
Aposentadoria	402	744
Pensão	73	171
Reforma	18	22
Transferência para reserva	39	58
Revisão de proventos	-	1
Retificação de ato	-	4
Reexame de decisão	-	-
Outras	-	-
Denegar registro	-	-
Demais decisões – não conclusivas	118	303
Deferir parcelamento	-	-
Arquivar	28	57
Revelia	20	35
Quitação	1	1
Consulta - não conhecer	1	4
Apurar em auditoria (especial, extraord. ou ordinária)	-	1
Devolver à origem	3	14
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	-
Notificar / citar por edital	2	2
Alerta	26	100
Notificar para contra-razões	-	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	-	3
Determinar/Recomendar a suspensão do certame	3	6
Denúncia – receber / apurar	4	4
Outras	30	76
Total	1.108	2.572

3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS

A Controladoria-Geral Técnica é a unidade responsável por planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades sob sua subordinação: as subcontroladorias técnicas, as controladorias técnicas e os núcleos NAE e NEC.

O Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas (NAE) tem como responsabilidade a elaboração de Instruções Técnicas Conclusivas em primeiro grau nos processos oriundos das unidades diretamente subordinadas à CGT, bem como a realização de estudos para o correto desenvolvimento do controle externo e

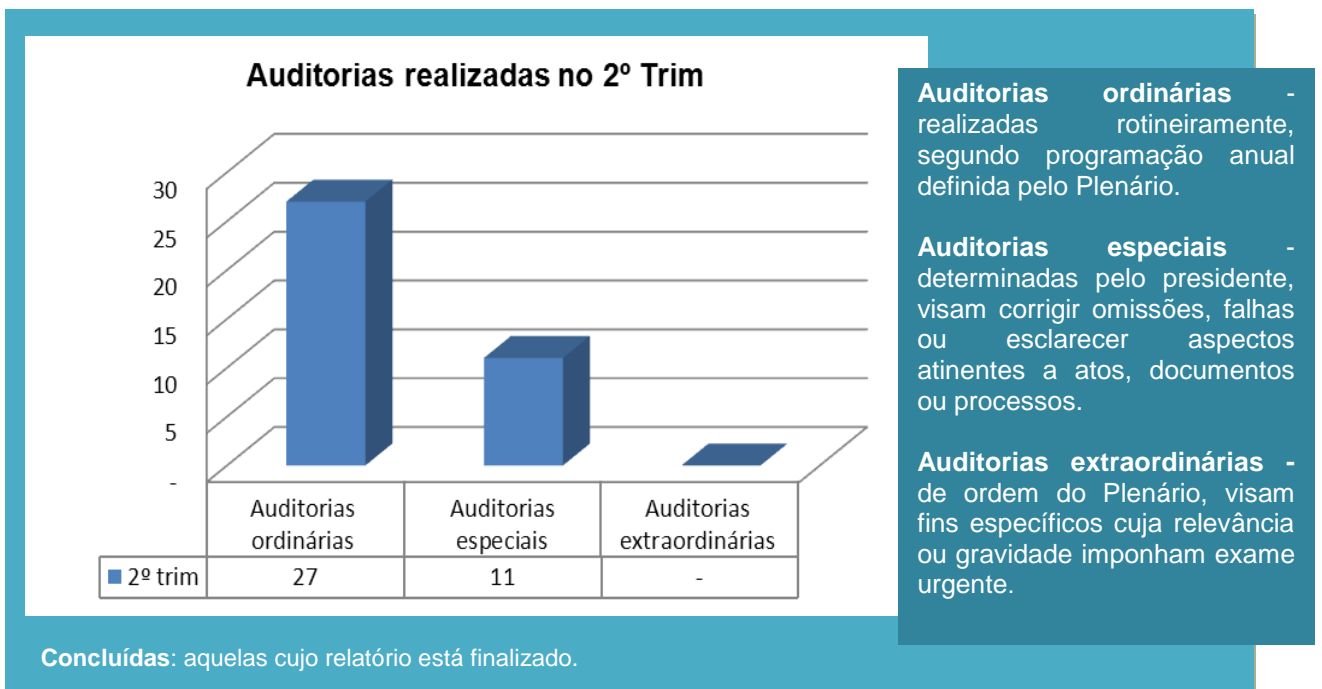
orientações para a uniformização da jurisprudência. Os resultados da atuação do NEC estão presentes na tabela *Análise de Prestação de Contas*.

O Núcleo de Engenharia e Obras (NEO) é responsável pela execução das atividades operacionais de fiscalização, orientação e controle dos recursos públicos geridos pelos jurisdicionados do Tribunal de Contas, relacionadas a obras e serviços de engenharia. Dentre as auditorias ordinárias realizadas nesse trimestre, duas foram específicas de engenharia.

O NEO também é responsável pelo projeto de implantação do GeoObras, que é um moderno sistema informatizado de controle de obras públicas, cujo lançamento oficial está previsto para outubro deste ano.

3.2.1 Auditorias

No período foram realizadas 38 auditorias, distribuídas conforme o gráfico abaixo:



3.2.2 Análise de Prestação de Contas

Análise de Prestação de Contas	2º Trim	Acumulado
Prestações de contas bimestrais (PCB) ¹	93	122
Relatórios da LRF analisados ²	103	215
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	146	237
Instruções preliminares em representações	98	218
Instruções técnicas conclusivas (ITC)	138	376
de auditoria	34	136
de prestação de contas anual (PCA)	104	240
de tomada de contas especial (TCE)	-	-

Prestações de contas bimestral e anual são obrigações de todo jurisdicionado. Para a apreciação e/ou julgamento final pelo Plenário, as Controladorias Técnicas elaboram, primeiramente, as análises contábeis e, finalmente, as instruções técnicas conclusivas.

1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

2 - RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

3.2.3 Análise de processos de pessoal sujeitos a registros

Instruções técnicas em processos de pessoal	2º Trim	Acumulado
Aposentadoria	1.326	2.251
Pensão	206	410
Admissão	463	1.479
Outros	2	5
Total	1.997	4.145

A 7ª Controladoria Técnica é responsável pela análise e fiscalização dos processos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão originados nos órgãos e nas entidades sob a jurisdição deste Tribunal, excluindo-se as nomeações para cargo de provimento em comissão.

3.2.4 Consultas e recursos

Atividades da 8º CT	2º Trim	Acumulado
Despachos técnicos elaborados	6	11
Consultas pessoais atendidas	30	60
Consultas telefônicas atendidas	151	355
Instruções técnicas elaboradas	61	111
Consulta	5	10
Recurso	56	101
Casos especiais	-	-

A 8ª Controladoria Técnica é responsável pelo apoio à atividade de controle externo e pelas orientações técnicas aos jurisdicionados, mediante a análise e o estudo dos casos especiais, atendendo a consultas, elaborando instrução técnica nas hipóteses de consultas escritas e em recursos, exceto quando se tratar das contas do Governador do Estado e de embargos de declaração.

4 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

O Ministério Público Especial de Contas do TCEES, criada por meio da Lei Complementar nº 451/2008, de 6 de agosto de 2008, é composto por três Procuradores Especiais de Contas, sendo um deles, o Procurador Geral. É um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES.

A tabela a seguir registra as atividades do período.

Atividades do MPEC	2º Trim	Acumulado
Processos distribuídos	1.735	4.219
Pareceres emitidos	1.015	2.476
Termos de atualização de valores a cobrar	26	56
Termos de verificação de valores pagos	28	41
Novas cobranças cadastradas no sistema	26	35

Dessas atividades, destacam-se os pareceres emitidos, por assunto, conforme tabela:

Assunto dos pareceres emitidos	2º Trim	Acumulado
Auditoria - especial	1	2
Auditoria – extraordinária	2	2
Auditoria - ordinária	9	9
Auditoria - relatório	-	15
Auditoria - relatório engenharia	-	1
Auditoria - solicitação	1	2
Comunicação	1	2
Comunicação instauração tomada de contas	2	9
Consulta	4	14
Denúncia	15	44
Embargos de declaração	2	5
Encaminhamento	-	1
Pessoal - admissão	144	825
Pessoal - aposentadoria	395	676
Pessoal - edital concurso público	-	2
Pessoal - pensão	110	157

Assunto dos pareceres emitidos	2º Trim	Acumulado
Pessoal - reforma	14	29
Pessoal - reserva remunerada	39	86
Pessoal – TCEES	1	4
Plano Plurianual	1	1
Prestação de contas anual	130	255
Prestação de contas bimestral	13	37
Prestação de contas - término gestão	-	1
Recurso	1	1
Recurso de reconsideração	15	33
Recurso de revisão	2	5
Reexame de decisão	1	1
Requerimento	-	4
Relatório de gestão fiscal	22	43
Relatório resumido de execução orçamentária	64	139
Representação	23	67
Tomada de contas especial	3	4
Total	1.015	2.476

(valores em R\$)

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	Acumulado
Total de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado	119.002,50
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	77.737,52
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	41.264,98

5 CORREGEDORIA GERAL

A Corregedoria Geral do TCEES, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor Geral o Conselheiro Domingos Augusto Taufner (biênio 2012/2013).

Em atendimento ao art. 8º do Regimento Interno desta Corte de Contas, a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal processo administrativo disciplinar	04/02/2011	Em andamento. Encaminhado ao GAP em 15/06/2012.
4067/2011	Representação	22/06/2011	Em andamento na Corregedoria. Fase recursal.
3050/2011	Denúncia	25/05/2011	Em andamento na Corregedoria. Instaurado sindicância em julho/2011. Concluído pela Comissão de Sindicância e entregue ao Corregedor em 22/08/11.
195/2012	Representação	13/01/2012	Encerrado em 19/06/2012 Portaria N 045. Publicada no DIO em 20/06/2012. Arquivamento.
831/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Em andamento na Corregedoria.
832/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Em andamento na Corregedoria.
993/2012	Representação	15/02/2012	Encerrado em 19/06/2012 Portaria N 046. Publicada no DIO em 20/06/2012. Arquivamento.
122/2012	Representação	09/04/2012	Em andamento na Corregedoria.

6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Controladoria-Geral Administrativa é composta por três Controladorias Administrativas – CA's, conforme organograma do Anexo 2. Algumas atividades administrativas são feitas com o apoio de Núcleos.

6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A 1ª Controladoria Administrativa (1ª CA) é responsável tanto pelo controle orçamentário quanto pela execução financeira do TCEES.

O orçamento do TCEES para o exercício de 2012 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 99.391.739,00, sendo R\$ 99.091.739,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 300.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União. No decorrer do 1º trimestre houve um acréscimo de R\$ 2.000.000,00, por superávit financeiro do TCEES, conforme Decreto nº 183-S, de 02/02/12 (DOE – 03/02/12). No decorrer do 2º trimestre houve um crédito suplementar de R\$ 900.000,00, conforme Decreto nº 672-S de 30/04/12 (DOE – 02/05/12), que provocou um acréscimo no orçamento de R\$ 750.000,00 por superávit financeiro do TCEES.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/06/12.

(valores em R\$)

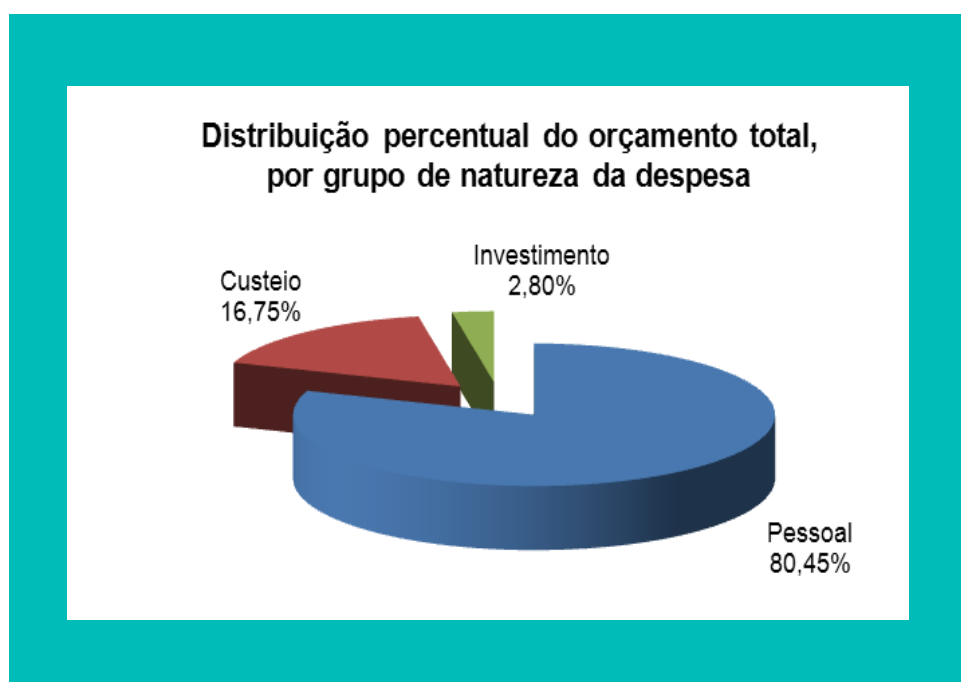
Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	96.452.239,00	99.277.239,00	73.197.615,67	44.641.634,76	44.293.699,74
Pessoal	82.167.293,00	82.167.293,00	63.786.834,03	40.122.013,51	39.778.393,65
Pessoal - Ativo	67.167.293,00	67.167.293,00	63.786.834,03	40.122.013,51	39.778.393,65
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	15.000.000,00	15.000.000,00	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>
Outras despesas (custeio)	14.284.946,00	17.109.946,00	9.410.781,64	4.519.621,25	4.515.306,09
Despesas de capital (investimento)	2.939.500,00	2.864.500,00	344.024,11	335.227,11	335.227,11
Total Geral	99.391.739,00	102.141.739,00	73.541.639,78	44.976.861,87	44.628.926,85
Total Disponível ⁽³⁾	84.391.739,00	87.141.739,00			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 10 da Lei nº 9.782/12 (LOA).

(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição percentual da dotação orçamentária geral, por grupo de natureza da despesa.



A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no relatório de gestão fiscal (DOE – 30/05/12), disponível no portal www.tce.es.gov.br.

Descrição	Quadrimestre	
	3º (2011)	1º (2012)
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	62.501.970,88	63.927.809,08
Receita Corrente Líquida – R\$	9.772.997.585,34	10.259.232.169,75
Limite apurado – %	0,640	0,623
Limite máximo – 1,30 %	127.048.968,61	133.370.018,21
Limite prudencial – 1,24 %	120.696.520,18	126.701.517,30

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2011 a ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	66.784.155,76	163.661,31
Pessoal Ativo	66.759.751,27	154.039,34
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	24.404,49	9.621,97
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	3.020.007,99	-
Indenizações por Demissão	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.020.007,99	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	63.764.147,77	163.661,31
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	63.927.809,08	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	10.259.232.169,75	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,623	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	133.370.018,21	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	126.701.517,30	

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 28 de maio de 2012.

Nota:

Na Despesa Bruta com Pessoal, Pessoal Ativo:

- a) na coluna Despesas Executadas – Inscritas em Restos a Pagar Não Processados, foi desconsiderado o montante de R\$ 6.331,48 (seis mil e trezentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos), decorrente de cancelamentos de restos a pagar inscritos em dezembro de 2011 e consideradas como despesa realizada no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64, procedidos no primeiro quadrimestre de 2012.

Conselheiro SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO
Presidente

ELIZABETH MARIA KLIPPEL AMANCIO PEREIRA
Diretora Geral de Secretaria

LUIS FILIPE VELLOZO NOGUEIRA DE SÁ
Coordenador do Núcleo de Controle Interno

LUZIA EDNA GUIOTO SCHNEIDER
Chefe da 1ª Controladoria Administrativa

6.2 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro de pessoal do TCEES está distribuído conforme tabelas a seguir:

Servidores por categoria	2011	2012	
		1º Trim	2º Trim
A disposição do TCEES	1	1	1
Cedidos pelo TCEES	18	13	13
Servidores do TCEES	648	625	630
Em atividade	499	476	480
Efetivos	247	247	246
Comissionados	234	211	216
Estáveis	18	18	18
Inativos	149	149	150

Estagiários	2011	2012	
		1º Trim	2º Trim
Nível superior	70	67	82
Nível médio	34	23	33
Total	104	90	115

No TCEES, a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento - Escola de Contas Públicas – ECP é a unidade responsável pela participação dos servidores e membros do TCEES em eventos de capacitação promovidos pela própria ECP e por outras instituições.

Neste trimestre destacamos a realização do Treinamento Experiencial ao Ar Livre – TEAL®, no período de 07 a 12 de maio, com o foco nos servidores do TCEES.

As tabelas a seguir demonstram os principais resultados do trimestre.

Resultados da capacitação	2º Trim	Acumulado
Eventos	28	52
Eventos para servidores do TCEES	23	43
Interno (promovido pelo TCEES)	3	9
Externo (promovido por outras instituições)	7	13

Iniciativa do servidor	3	6
Outros eventos	10	15
Eventos para jurisdicionados TCEES	5	9
Pessoas capacitadas	363	758
Servidores e membros do TCEES	238	468
Jurisdicionados	125	290
Horas de capacitação	5.577	12.646
Servidores e membros do TCEES	3.944	8.391
Jurisdicionados	1.633	4.255

Temas dos eventos de capacitação realizados para servidores do TCEES

Interno (promovido pelo TCEES):

- Curso de Utilização do Sistema Channel – Módulo Projeto e Estratégia – de 17 a 20/04/12 - Vitória/ES
- Excelência no Atendimento ao Cidadão e ao Jurisdicionado – de 12 a 19/06/12 - Vitória/ES
- Excelência no Atendimento ao Cidadão e ao Jurisdicionado – de 21 a 27/06/12 - Vitória/ES

Externo (promovido por outras instituições):

- Treinamento Experiencial ao Ar Livre – TEAL – de 07 a 08/05/12 - Guarapari/ES
- Treinamento Experiencial ao Ar Livre – TEAL – de 09 a 10/05/12 - Guarapari/ES
- Treinamento Experiencial ao Ar Livre – TEAL – de 11 a 12/05/12 - Guarapari/ES
- 1ª Congresso Nac. dos TC's e Institutos de Previdência - RPPS - 09 a 11/05/12 - Palmas/TO
- Mobilização Nacional dos Ministérios Públicos de Contas - 25/04/12 - Brasília/DF
- Convenção dos Mestres de Cerimônia do Brasil - 29/04/12 a 01/05/12 – São Paulo/SP
- 10º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública - 09 a 11/05/12 - Brasília/DF

Iniciativa do servidor:

- II Congresso de Secretarias Municipais de Saúde do ES - 25 a 27/04/12 – Domingos Martins/ES
- 1º Conferência Nacional s/Transparência e Controle Social - 18 a 20/05/12 – Brasília/DF
- Gestão Criativa na Solução de Conflitos – ESESP - 25 a 29/06/12 - Vitória/ES

Outros Eventos:

- Reunião do Conselho de Assuntos Econômicos - CAE - 17/04/12 - Brasília/DF
- Oficina Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projeto e uso do Software Channel - 02 a 04/05/12 – Rio de Janeiro/RJ
- 1ª Reunião do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis - 07 a 09/05/12 - Brasília/DF
- Palestra: Necessidade/Obrigat./Vantagens Impl. Sistema Controle Int. no Município – 08/05/12 - Vila Velha/ES
- Encontro do Grupo de Tec. Padronização de Relatórios – GTREL – 09 a 11/05/12 - Brasília/DF
- Reunião GETCON/GETREL Extraordinária - 10 a 11/04/12 - Brasília/DF
- Reunião no Senado Federal com o Governador do Estado do ES - 11 a 12/04/12 - Brasília/DF
- Reunião para Conclusão do Plano Estratégico da ATRICON – 12 a 13/04/12 – Cuiabá/MT
- Posse do Ministro Ayres de Britto – Presidente do STF – 19 a 20/04/12 - Brasília/DF
- Reunião no Congresso Nacional com o Governador do Estado do ES - 20/04/12 - Brasília/DF

Eventos para jurisdicionados:

- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - 09 a 13/04/12
- Workshop Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - 17 a 18/04/12
- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - 23 a 27/04/12
- Workshop Entendendo a Missão Constitucional do TCEES – 17/05/12
- Tomada de Contas - 28 a 29/05/12

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca:

Expansão do Acervo Documental	2011	2012	
		1º Trim	2º Trim
Exemplares de livros	5.564	5.568	5.578
Fascículos de periódicos e diários	13.046	13.142	13.262
Audiovisuais (CDs, DVDs, fitas, etc)	109	113	114
Outros materiais	1.049	1.061	1.067
Total	19.768	19.884	20.021

Outras Informações	2º Trim	Acumulado
Empréstimos de material bibliográfico	1.572	2.386
Atendimento ao Público	806	1.577
Interno	715	1.397
Externo	91	180
Consulta/Pesquisa ao Acervo Documental	1.002	1.789
Acervo bibliográfico	629	1.125
Bases de dados informatizadas	373	664
Indexações	1.133	2.315
Artigos de periódicos indexados	305	621
Legislação indexada e consolidada	828	1.694

6.3 SERVIÇOS GERAIS

Destacam-se as atividades de controle dos materiais e do patrimônio do TCEES:

Serviços gerais	2º Trim	Acumulado
Número de bens movimentados	1.116	2.546
Número de requisições ao almoxarifado	1.383	2.886

Evolução dos bens patrimoniais do TCEES	2011	2012	
		1º Trim	2º Trim
Valor do patrimônio do TCEES (em R\$)	6.386.657	3.514.914	3.934.620
Estoque de bens patrimoniais	9.336	9.461	9.908

A diferença entre o valor do patrimônio do TCEES, em 2011 e 2012, refere-se à depreciação acumulada, que foi aplicada da data de aquisição dos bens e começou a constar em relatório a partir de janeiro/2012.

6.4 CONTROLE DOCUMENTAL

A tabela a seguir demonstra as atividades relacionadas ao Controle Documental:

Controle documental	2º Trim	Acumulado
Correspondências expedidas	3.151	7.408
Correspondências recebidas	4.630	8.893
Processos arquivados	578	1.839
Processos desarquivados	526	1.572
Processos autuados	2.249	4.340

Os processos autuados estão distribuídos nos seguintes assuntos:

Autuação de processos de controle externo, por assunto	2º Trim	Acumulado
Processos de Pessoal do TCEES	19	30
Pessoal TCEES	19	30
Processos Administrativos do TCEES	87	234
Treinamento	1	4
Curso	5	12
Palestra	1	5
Seminário	3	4
Encontro Técnico	1	2
Forum	1	2
Congresso	6	6
Conferência	1	1
Reunião	8	11
Visita técnica	1	3
Cessão de servidor	-	7
Concessão suprimentos de fundos	4	9
Concessão diárias	1	2
Doação de bens móveis	-	3
Capacitação de servidores do TCEES	-	2
Convênio	2	2
Convênio estágio	1	6
Convênio coop. tec. financeira	1	1
Convênio estágio	4	4
Comissão técnica	1	1
Cooperação interinstitucional	-	4
Reclamação	-	1
Pessoal folha de pagamento	-	1
Pessoal concurso público	1	1
Pessoal Prodep	1	2
Pessoal hora extra	4	7

Autuação de processos de controle externo, por assunto	2º Trim	Acumulado
Pessoal subsídio	-	1
Projetos	1	1
Aquisição material consumo	7	20
Aquisição material permanente	7	22
Aquisição serviços de terceiros	23	86
Outros assuntos	1	1
Processos de Controle Externo	2.143	4.076
Prestação de Contas Anual	286	423
Encaminhamento	4	8
Comunicação	-	2
Tomada de Contas	-	2
Tomada de Contas Especial	4	8
Relatório de Gestão Fiscal	14	52
Precatórios	4	6
Lei de Diretrizes Orçamentária	2	74
Relatório Resumido de Execução	84	169
Plano Plurianual	-	3
Lei Orçamentária Anual	3	79
Prestação de Contas Bimestral	42	58
Comunicação Instauração Tomada de Contas	5	12
Representação	55	97
Direito de petição	1	1
Recurso de Revisão	4	5
Contrarrazões	2	2
Recurso de Reconsideração	6	17
Embargos de Declaração	3	5
Requerimento	7	15
Auditoria Solicitação	1	4
Auditoria Relatório	35	63
Auditoria Especial	2	4
Auditoria Diligência	1	1
Denúncia	22	37
Consulta	11	27
Fornecimento de cópia de peça de processo	-	2
Fornecimento de informações	1	1
Pessoal Admissão	540	853
Pessoal Aposentadoria	710	1463
Pessoal Pensão	190	327
Pessoal Reforma	25	57
Pessoal Reserva Remunerada	75	189
Pessoal Edital Concurso Público	4	9
Pessoal Férias-Prêmio	-	1
Total	2.249	4.340

7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Relatório de Atividades	Elaborado pelo Núcleo de Planejamento e Projetos (NPP) e encaminhado à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 71, § 4º da Constituição Estadual.
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Terminal de auto-serviço (Totem)	Instalado na recepção da sede do TCEES, o equipamento pode ser manuseado facilmente, seja por toques na tela, seja por intermédio do teclado.
Responsabilidade Social	Destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pela Escola de Contas Públicas (ECP), que é a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento do TCEES.

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Atividades de divulgação externa e interna, realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social – NCS.

Comunicação externa	2º Trim	Acumulado
Atendimentos a jornalistas	131	261
Jornalistas recebidos no TCEES	78	208
<i>Releases</i> enviados à imprensa	12	20
Textos produzidos para o Informativo Acontece	5	10
Edições do Informativo Acontece publicadas	1	2
Exemplares do Informativo Acontece postados	1.400	2.800
Textos institucionais elaborados	-	-
Publicações	-	-
Notícias inseridas no Portal	6	12
Visitas realizadas (Relações Institucionais)	-	-

Comunicação Interna	2º Trim	Acumulado
Notícias publicadas no mural <i>Notícias no Ponto</i>	100	216
Notícias inseridas na Intranet	32	65
Eventos fotografados	38	49

No 2º trimestre foram realizados os seguintes eventos no auditório:

Eventos no auditório	2º Trim	Acumulado
Eventos promovidos pelo TCEES	1	6
Empréstimos do auditório	10	14
Total	11	20

8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As tabelas a seguir registram as informações da Tecnologia da Informação, no período.

Atividades da Tecnologia da Informação	2º Trim	Acumulado
Atendimentos de suporte ao uso da informática	1.335	2.362
Auditorias com participação da CTI	1	1

Evolução da Tecnologia da Informação	2011	2012	
		1º Trim	2º Trim
Estações de trabalho	445	445	440
Servidores com acesso à Internet	480	477	474
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	7	9	9
Sistemas em funcionamento	35	35	35
Desenvolvidos pela CTI	23	23	23
Adquiridos	12	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas e nova classificação funcional-programática.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.

9 NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI) instituído por meio da Resolução TC N.º 223, de 16 de dezembro de 2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, e integra o Sistema de Controle Interno do TCEES juntamente com as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas.

Ao NCI compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES. Sua estrutura organizacional possui 01 (um) Auditor de Controle Externo, 01 (um) Assistente Técnico e 02 (dois) estagiários.

Atividades da Corregedoria	Descrição
Reuniões com as unidades do TCEES	<ul style="list-style-type: none"> - Foi realizado o acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno; - Foram realizadas reuniões com as unidades do TCEES sobre a implantação dos sistemas administrativos e elaboração de normas internas.
Reuniões com a Controladoria Geral Técnica e jurisdicionados	<ul style="list-style-type: none"> - Foram realizadas reuniões para tratar da implantação do Sistema de Controle Interno, previsto na Resolução TC 227/2011, com os seguintes jurisdicionados: Ministério Público do Estado; Câmara e Prefeitura de Boa Esperança; Câmara de Conceição da Barra; Prefeitura de Pinheiros; Câmara de São Roque do Canaã; Prefeitura de Rio Bananal; Câmara de Águia Branca; Prefeitura de Governador Lindenberg; Prefeitura de Aracruz; Instituto de Previdência de Anchieta; Prefeitura de Boa Esperança; Prefeitura de Brejetuba; Prefeitura de Anchieta; Câmara de Águia Doce do Norte.
Participação de servidores do NCI em Conselhos, Grupos de Trabalho, Conferências e Treinamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião sobre Sistema de Controle Interno NCI/CGT com a Prefeitura de Vila Velha (em 10/04/2012); - Reunião do Conselho Estadual de Transparência Pública, na SECONT (em 11/04/2012); - Reunião na ATRICON em Cuiabá, no Tribunal de Contas do MT (de 12 e 13/04/2012); - Palestra na Prefeitura de Vila Velha para Secretários e Subsecretários, com o tema “Controle Interno como Instrumento de Gestão Pública” (em 08/05/2012); - Participação dos servidores Rafael Batista Lamas e Eliezer Soares Rocha Junior no TEAL – Treinamento Experimental ao Ar Livre (de 09 e 10/05/2012); - Participação da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial, em Brasília (de 17 a 19/05/2012); - Palestra na ACIP – Associação Capixaba dos Institutos de Previdência no município de Domingos Martins, com o tema “O Controle Interno como Instrumento de Gestão Pública” (em 25/05/2012); - Palestra no evento “Programa de Fortalecimento da Gestão” organizado pela Controladoria Geral da União/ES ocorrida na Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco (em 28/06/2012).

10 NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

Neste trimestre, podemos destacar como principais ações do Núcleo de Planejamento e Projetos (NPP) a definição e apresentação do Portfólio de Projetos da Gestão 2012-2013 e a elaboração e aprovação da Resolução TCEES nº 235/2012, que dispõe sobre a constituição e gestão de projetos no âmbito do TCEES.

Atividades do NPP	Descrição
Participação em eventos	<ul style="list-style-type: none"> - Oficina de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos com o software Channel, utilizado pelos Tribunais de Contas no gerenciamento do Plano Estratégico. 02 a 04/05/12, Rio de Janeiro - RJ; - Reunião de trabalho - elaboração do Plano Estratégico do Instituto Rui Barbosa, 13 a 15/06/12, em Brasília - DF.
Acompanhamento da execução dos seguintes projetos	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver sistema de prestação de contas municipal informatizado; - Elaborar novo regimento interno; - Adequar os procedimentos contábeis do TCEES à nova contabilidade pública.

Na tabela abaixo, detalhamos os projetos iniciados nesse trimestre:

Projetos iniciados no trimestre		
Projeto	Alinhamento estratégico	Descrição
GEO-OBRAS	objetivo estratégico nº 2 - <i>Combater a corrupção, as fraudes, os desvios de recursos e os desperdícios na gestão pública.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimorar os procedimentos de controle externo dos contratos de obras e serviços de engenharia dos jurisdicionados, através da implantação do sistema GEO OBRAS no TCEES. - Instituído por meio da Portaria N nº 34/2012 (DOE 17/05/12).
Modernizar Programa de Estágio do TCEES	objetivo estratégico nº 11 - <i>Modernizar a gestão de pessoas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de modernização da atual legislação de estagiário do TCEES. - Instituído por meio da Portaria N nº 38/2012 (DOE 31/05/12).
Implantar o Diário Oficial Eletrônico do TCEES	objetivo estratégico nº 3 - <i>Contribuir para o aumento da transparência da gestão pública.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de desenvolvimento e implantação do sistema informatizado de Diário Oficial Eletrônico do TCEES. - Instituído por meio da Portaria N nº 40/2012 (DOE 11/06/12).
Orçamento 2013	objetivo estratégico nº 15 - <i>Aprimorar o planejamento e a execução orçamentária.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar a proposta orçamentária anual do TCEES, para o exercício de 2013. - Instituído por meio da Portaria N nº 42/2012 (DOE 13/06/12).
Concurso Público para Anexo do TCEES	objetivo estratégico nº 16 - <i>Adequar as condições físicas de trabalho.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Selecionar o projeto arquitetônico para a construção da nova sede do TCEES. - Instituído por meio da Portaria N nº 43/2012 (DOE 13/06/12).

ANEXOS

ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA

O Tribunal, criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Titular de autonomia administrativa e financeira e sem qualquer subordinação hierárquica, sua competência constitucional é a de auxiliar os Poderes Legislativos estadual e municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública.

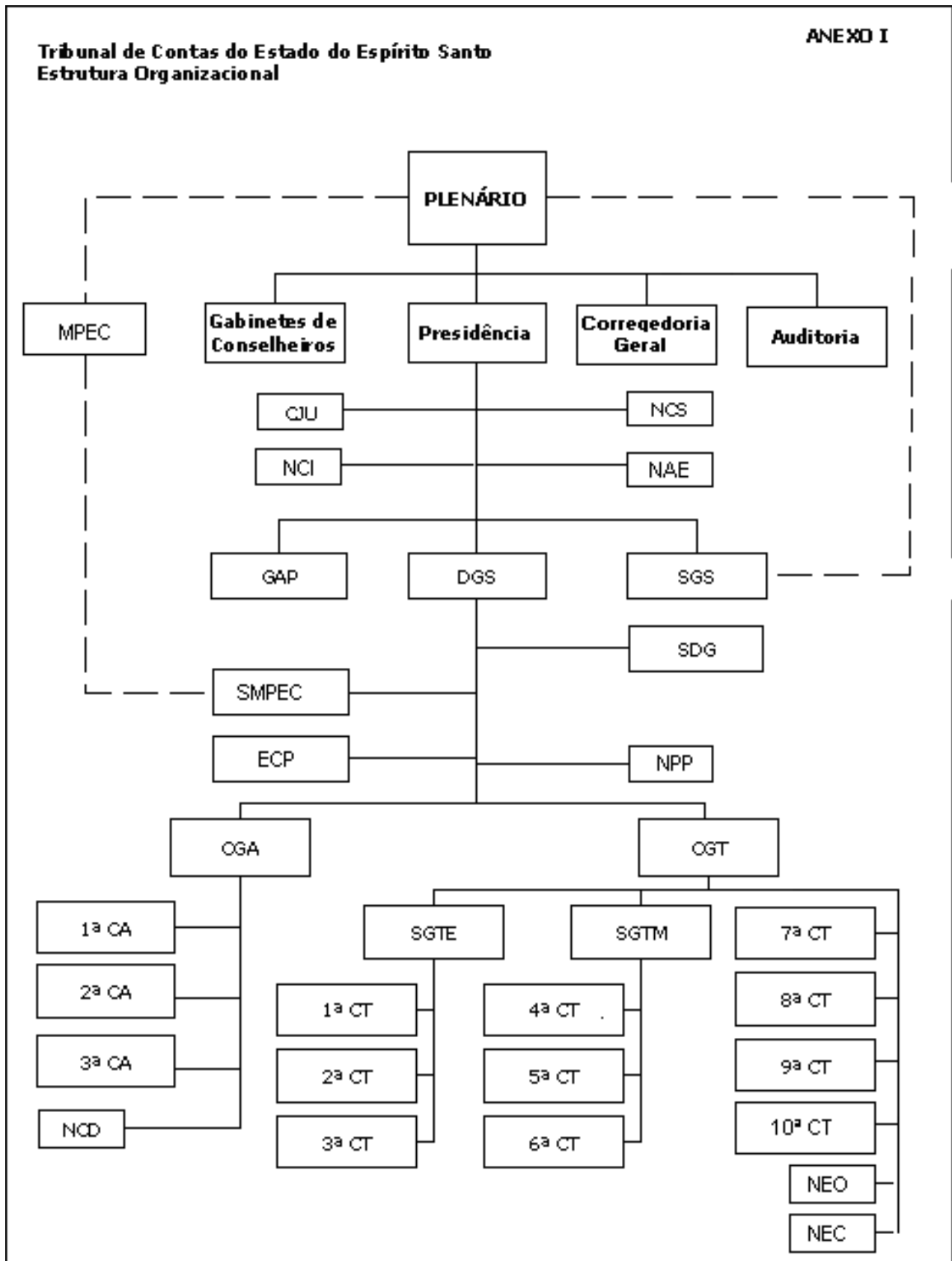
Este controle é exercido por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas contas do Estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores especiais de contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

ANEXO 2 – ORGANOGRAMA



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Ministério Público Especial de Contas	MPEC
Consultoria Jurídica	CJU
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Assuntos Estratégicos	NAE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Subdiretoria Geral de Secretaria	SDG
Secretaria do Ministério Público Especial de Contas	SMPEC
Escola de Contas Públicas	ECP
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Controladoria Geral Administrativa	CGA
1ª Controladoria Administrativa	1ª CA
2ª Controladoria Administrativa	2ª CA
3ª Controladoria Administrativa	3ª CA
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Controladoria Geral Técnica	CGT
Subcontroladoria-Geral Técnica/Estado	SGTE
Subcontroladoria-Geral Técnica/Município	SGTM
1ª Controladoria Técnica	1ª CT
2ª Controladoria Técnica	2ª CT
3ª Controladoria Técnica	3ª CT
4ª Controladoria Técnica	4ª CT
5ª Controladoria Técnica	5ª CT
6ª Controladoria Técnica	6ª CT
7ª Controladoria Técnica	7ª CT
8ª Controladoria Técnica	8ª CT
9ª Controladoria Técnica	9ª CT
10ª Controladoria Técnica	10ª CT
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC

ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ATOS DO PLENÁRIO

1 Atos Normativos

1.1 Resoluções

Nº	Ementa das Resoluções	Data
235	Dispõe sobre a constituição e gestão de projetos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	04.04.2012
236	Dispõe sobre a interpretação das normas dos Regimes Próprios de Previdência Social no tocante às aposentadorias proporcionais e dá outras providências.	09.05.2012
237	Dispõe sobre a política de governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.	11.05.2012
238	Institui novos mecanismos adequados à fiscalização quanto ao pleno cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, inciso II, e 27 da Lei Federal nº 11.494/07.	16.05.2012
239	Dispõe sobre a produção de Normas Internas a respeito das rotinas de trabalho a serem observadas pelas diversas unidades da estrutura do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, objetivando a implementação de procedimentos de controle.	16.5.2012 Errata: 18.5.2012
240	Dispõe sobre a concessão, na forma de auxílio financeiro, da assistência à saúde, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme artigos 189 e 191 da Lei Complementar nº 46 de 31 de janeiro de 1994.	30.05.2012
241	Altera os dispositivos da Resolução nº182/2002, que aprovou o Regimento Interno do TCEES, para estabelecer nova sistemática relativa aos recursos, ao pedido de revisão e ao procedimento de conversão de processos de fiscalização em contas, de modo a promover adequações às disposições da Lei Complementar Estadual nº 621/2012 (Lei Orgânica do TCEES).	06.06.2012
242	Fixar aos Poderes e Órgãos municipais do Estado do Espírito Santo a adoção obrigatória do Plano de Contas, das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos a que se referem as Portarias STN 406/2011, 828/2011 e 231/2012, define cronograma de implementação.	13.06.2012
243	Dispõe sobre a contagem dos prazos processuais por parte da Secretaria-Geral das Sessões.	20.06.2012
Total no trimestre		9

2 Acórdãos

2.1 Julgamento conclusivo⁶

Nº	Atos de Gestão - Executivo Municipal	Ex.	Sessão	Decisão
0110	P. Itaguaçu (Romário Celso Bazílio de Souza)	10	24/04	Regular com quitação
0195	P. Mimoso do Sul (Flávia Roberta Cysne de Novaes Leite)	08	26/06	Processo saneado. Quitação.
Total no trimestre				2

⁶ Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.

Nº	Prestação de Contas - Assembléias e Câmaras	Ex.	Sessão	Decisão
0108	C. Marataízes (Luiz Carlos Silva Almeida)	10	19/04	Regular com quitação
0109	C. São José do Calçado (Joaquim Geraldo Teixeira Muzy)	10	24/04	Regular com quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro José Antônio Almeida Pimentel
0116	C. Dores do Rio Preto (Nelson Ramos Filho)	10	24/04	Regular com quitação
0117	C. Muqui (Sérgio Luiz Anequim)	10	24/04	Regular com quitação
0138	C. Fundão (André Luiz Rangel Ribeiro)	10	24/05	Regular com quitação
0140	C. Ponto Belo (Edivaldo Rocha Santana)	08	24/05	Regular com ressalva. Quitação. Reformular Acórdão TC-203/11. Determinações. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0151	C. Barra São Francisco (Adilton Gonçalves)	08	05/06	Irregular. Ressarcimento 42.100,53 VRTE e restituir 2.209,32 VRTE para o Instituto de Previdência. Multa 2000 VRTE. Determinações. Instaurar Tomada de Contas. Por maioria, parcialmente vencido o Cons. João Luiz, que votou por incluir o ressarcimento relativo ao controle de frequência do Procurador da Câmara.
0162	C. Vargem Alta (Getúlio Alberto Cypriano)	10	12/06	Regular com quitação. Recomendação
0173	C. Mucurici (José Ferreira da Silva)	10	19/06	Regular com quitação.
Total no trimestre (nº de acórdãos listados na tabela, mesmo que tenha mais de uma decisão)				9

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0092	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Aracruz (Esaú Monteiro de Lima e Édio José Filho de Oliveira)	09	03/04	Regular com quitação. Recomendação
0093	Fundo Municipal de Saúde de Apiacá (Carmerina Guizzi Carvalho)	10	10/04	Regular com quitação
0094	Hospital São José do Calçado (Vanda Márcia Ferri Lemos)	10	10/04	Regular com quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro José Antônio Almeida Pimentel
0096	Hospital Infantil e Maternidade Dr. Alzir Bernadino Alves (Gisele Aparecida de Lima Oliveira e Oliveira e Alessandra Ramos de Moura)	09	10/04	Regular com quitação
0097	Hospital São José do Calçado (Sebastião Braz Teixeira e Vanda Márcia Ferri Lemos)	09	10/04	Regular com quitação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro José Antônio Almeida Pimentel
0098	Superintendência Regional de Saúde de Vitória (Luciléia Rosa Eller)	09	10/04	Regular com quitação
0100	Hospital Dra. Rita de Cássia (José Pimenta da Costa)	10	12/04	Regular com quitação
0101	Superintendência Regional de Saúde de Vitória (Luciléia Rosa Eller)	10	12/04	Regular com quitação

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0103	Encargos Gerais do Tribunal de Justiça do Espírito Santo-Precatórios (Manoel Alves Rabelo)	10	12/04	Regular com quitação
0104	Fundo Municipal de Saúde de Iconha (João Silvino Mendes)	09	12/04	Regular com quitação. Recomendação
0111	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Deosdete José Lourenção e Victor Murad Filho)	08	24/04	Regular com ressalva. Quitação. Recomendações
0112	Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Espírito Santo (Elizabeth Yazeji Hadad)	09	24/04	Regular com quitação. Recomendação
0113	Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Elmar Bressanelli, Marcus Alexandre Fundão Pessoa, Leonardo de Paula Luiz, Vilamir Gonzaga de Azevedo, José Sathler Neto, Luzia Alves Toledo, Claudionor Dalla Bernadina e Haroldo Corrêa Rocha)	02	24/04	1-Regular com quitação para Sr. Haroldo Corrêa Rocha. 2-Regular com ressalva. Quitação para Srs. Elmar Bressanelli, Marcus Alexandre Fundão Pessoa, Leonardo de Paula Luiz, Vilamir Gonzaga de Azevedo e José Sathler Neto
0114	Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Ricardo de Oliveira e Heráclito Amâncio Pereira Júnior)	10	24/04	Regular com quitação
0119	Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (José Eduardo Pereira e Daniela Batista Guasti)	10	26/04	Regulares com quitação. Recomendação
0120	Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habilitação do Estado do Espírito Santo (Helena Zorzal Nodari)	10	26/04	Regular com quitação
0121	Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo (Pedro José de Almeida Firme e Soeli Maria Gonçalves Tardin)	10	26/04	Regular com quitação
0123	Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari (Valério Nunes Bastos, Eduardo José Ribeiro, Marleti Mocelin Dias Coelho, Marcos Venicius Fonseca de Macedo e Ademir Ferreira da Cruz)	01	03/05	Processo saneado. Quitação. Por maioria, vencido o Conselheiro em substituição João Luiz Cotta Lovatti, que votou apenas pela quitação, ante a intempestividade. Sem divergência, abstiveram-se de votar, por impedimento o Conselheiro Domingos Augusto Taufner, e por suspeição, o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Faria Chamoun.
0124	Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Gabriel da Palha (Alexandre Marla Rodrigues Fiúza e Simone Carletti)	09	03/05	Regular com ressalva. Quitação. Determinações
0128	Fundo Penitenciário Estadual (Ângelo Roncalli de Ramos Barros)	08	08/05	Regular com quitação
0129	Fundo Penitenciário Estadual (Ângelo Roncalli de Ramos Barros)	10	08/05	Regular com quitação
0130	Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (Dayse Maria Oslegher Lemos)	10	10/05	Regular com quitação
0131	Hospital Adauto Botelho (Renato Carlos Vieira)	10	15/05	Regular com quitação
0132	Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro (Antônio Dalto)	10	15/05	Regular com quitação

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0133	Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Espírito Santo (Elizabeth Yazeji Hadad)	08	15/05	Regular com quitação. Recomendação
0134	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz (Adilmer Tonon Nunes)	10	15/05	Regular com quitação
0137	Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Lézio Gomes Sathler)	00	22/05	Irregular. Ressarcimento 38.376,00 VRTE. Recomendações. Decretar prescrição intercorrente em relação à multa. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0141	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (Antônio Caldas Brito)	08	29/05	Regular com quitação
0142	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (Antônio Caldas Brito)	09	29/05	Regular com quitação
0143	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (Antônio Caldas Brito)	10	29/05	Regular com quitação
0144	Fundo Municipal de Saúde de Nova Venécia (Clio Zanella Venturim)	10	29/05	Regular com quitação
0145	Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Antônio Caldas Brito)	08	29/05	Regular com quitação
0146	Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Antônio Caldas Brito)	10	31/05	Regular com quitação
0147	Superintendência Regional de Saúde de Colatina (Cybeli Pandini Giurizzato Almeida)	09	31/05	Regular com quitação
0148	Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Asitides Alexandre Campos (Antônio Cezar Ferreira)	09	31/05	Regular com quitação.
0149	Hospital Adauto Botelho (Renato Carlos Vieira)	09	31/05	Regular com quitação
0150	Hospital Pedro Fontes (Manoel Alves Catarina e Nélio Almeida dos Santos)	09	31/05	Regular com quitação
0152	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (José Eduardo Faria de Azevedo, Ana Maria Jahel Antunes e Rogério Augusto Mendes Mattos)	08	05/06	Regular com ressalva. Quitação
0156	Fundo Estadual Antidrogas (Ângelo Roncalli de Ramos Barros)	08	05/06	Regular com quitação
0157	Fundo Estadual Antidrogas (Ângelo Roncalli de Ramos Barros)	09	05/06	Regular com quitação
0158	Centro de Reabilitação Física do Estado do Espírito Santo (Inácio Coutinho e Rodrigo Marçal Pereira)	09	05/06	Regular com quitação
0159	Fundo de Reequipamento da Polícia Civil (Hélio Moreira de Menezes e Rodney Miranda)	08	05/06	Regular com quitação
0160	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Lindenberg (Rubens José Dalflor)	09	05/06	Regular com quitação
0163	SAAE Governador Lindenberg (Marcela Maria Bonelli Fadini e Rubens José Dalflor)	10	12/06	Regular com quitação

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0165	Fundo Estadual Antidrogas-FESAD (Ângelo Roncalli de Ramos Barros)	10	12/06	Regular com quitação
0166	Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Espírito Santo (Walter Teixeira de Mello Júnior e Sperandio Del Caro Neto)	09	12/06	Regular com quitação
0167	Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo-FUNCULTURA (Dayse Maria Oslegher Lemos)	09	12/06	Regular com quitação
0168	Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do ES – ASPE (Maria Paula de Souza Martins e João Luiz Lima)	08	19/06	Regular com quitação
0169	Fundo Municipal de Assistência Social de Jaguaré (Terezinha Lúcia Sossai, Marcelo Serute e Ângela Helena de Backer Martins)	10	19/06	Regular com quitação
0170	Fundo Municipal de Saúde de Afonso Cláudio (Wilson Berger Costa)	10	19/06	Regular com quitação
0171	Fundo Municipal de Saúde de Boa Esperança (Valdir Turini)	10	19/06	Regular com quitação
0172	SAAE de Jaguaré (Jorge Morelo, Germano Polez e Valmir César Cristo)	10	19/06	Regular com quitação. Recomendação
0174	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do ES – CIDA/ES (Tânia Saad Noé)	10	19/06	Regular com quitação.
0175	Fundo Municipal de Saúde de Mucurici (Celso Ruela Albino)	10	19/06	Regular com quitação.
0176	Fundo Municipal de Saúde de Piúma (Silveli Feres de Souza e Luiz Gustavo Teixeira Meyrellis)	10	19/06	Regular com quitação. Recomendação.
0177	Tribunal de Justiça do Estado do ES (Manoel Alves Rabelo)	10	19/06	Regular com quitação. Recomendações.
0182	Fundo Penitenciário Estadual (Ângelo Roncalli de Ramos Barros)	09	19/06	Regular com quitação
0183	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do ES-IPEM (Aldyr Alves de Oliveira)	06	19/06	Regular com quitação
0184	Defensoria Pública (Elizabeth Yazeji Hadad)	10	19/06	Regular com quitação
0185	Departamento Estadual de Trânsito do ES-DETRAN (Evaldo França Martinelli)	03	19/06	Regular com Ressalva. Quitação. Recomendações. Voto vencedor do Conselheiro José Antônio Almeida Pimentel. Vencido o Relator, que votou pela irregularidade, com ressarcimento de 17.204,19 VRTE e multa de 500 VRTE.
0186	Fundo Municipal de Saúde de Castelo (Magda Santos Soares Callegari)	10	19/06	Regular com quitação
0187	Fundo Municipal de Saúde de Marataízes (Antonio Carlos Soares de Azevedo)	10	19/06	Regular com quitação
0188	Secretaria de Estado da Saúde (Anselmo Tozi)	09	19/06	Regular com Ressalva. Quitação. Determinação
0189	SAAE Sooretama (Mario Martins Teixeira e José Vanildo Frossard Stein)	10	19/06	Regular com quitação
0191	Fundo do Trabalho Penitenciário (Ângelo Roncalli de Ramos Barros)	07	21/06	Regular com quitação

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0193	Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Norte (Márcia Alessandra da Silva Azevedo e Adson Azevedo Salim)	10	21/06	Regular com quitação.
0194	SAAE Mimoso do Sul (João Luiz Rizzi)	10	21/06	Regular com quitação
0198	Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro (Inêz Ventura Sessa e Antonio Dalto)	09	26/06	Regular com quitação.
0201	Fundo de Saúde da Polícia Militar do ES (Antônio Carlos Sant'Ana Gomes e Walter Teixeira de Mello Júnior)	08	28/06	Regular com quitação.
0202	Hospital João dos Santos Neves (Ana Lúcia Duque Barbosa)	08	28/06	Regular com quitação.
0203	Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim (Jathir Gomes Moreira)	08	28/06	Regular com quitação.
Total no trimestre (nº de acórdãos listados na tabela, mesmo que tenha mais de uma decisão)				71

Nº	Denúncias	Decisão
0125	Ministério Público do Estado do Espírito Santo X P. Ibirapu (Naciane Luzia Modenesi Vicente)	Improcedência. Recomendação. Dar ciência
0135	Conselho Municipal Fundeb Marataízes X P. Marataízes (Antônio Bitencourt e Márcia Leonardo Ribeiro Carvalho)	Conhecer. Provimento Parcial. Irregulares. Multa 1000 VRTE para cada. Ressarcimento 10.284,12 VRTE para Márcia. Reconhecer Ação Civil Pública para não condenar em débito por valores já acordados de recomposição ao erário. Encaminhar aos interessados e ao MP da Comarca de Marataízes. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento o Cons. Domingos
0154	Rosemario de Oliveira Vilarim X P. Itaguaçu (Romário Celso Bazílio de Souza)	Receber. Improcedência. Regulares com ressalva. Quitação. Recomendações. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner.
0155	Empório Card Ltda X P. São Mateus (Amadeu Boroto)	Receber. Procedência. Multa 2000 VRTE. Recomendação
0161	Plusvision Comércio Ltda X P. Cariacica (Helder Ignácio Salomão)	Improcedência
0179	Sanit Engenharia e Serviços Ltda (Paulo Ruy Valim Carnelli, Ricardo Maximiliano Goldschmidt, Luiz Ferraz Moulin, Carlos Fernando Martinelli e Carlos Eduardo Fernandes Saleme)	Conhecer. Procedência. Atos Regulares com Ressalva. Quitação. Recomendações. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner.
0190	P. Ecoporanga (Pedro Costa Filho)	Improcedência. Recomendação
0192	Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do ES-SINDIPÚBLICOS (Osvaldo Hulle)	Improcedência. Recomendação.
0200	Fernando Zardini Antonio-MPE/ES X SAAE João Neiva (Josival de Assis Tonini e Alessandro José Borlini)	Procedência. Arquivar sem cancelamento do débito imputado ao Sr. Alessandro José Borlini, correspondente a 323,81 VRTE e correção.
Total no trimestre		9

Nº	Recursos	Assunto	Decisão
0102	Sebastião Lopes Maforte (C. Alto Rio Novo)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Arquivar
0127	Ministério Público Especial de Contas	Recurso	Conhecer. Provimento. Anular Decisão TC-3739/11. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
0139	Alcino Cardoso (P. Itapemirim)	Embargos de Declaração	Não conhecer
0199	Cleber Bueno Guerra (Ceasa)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Anular parcialmente o Acórdão TC-406/09, quanto às irregularidades imputadas ao Sr. Cleber Bueno Guerra, com elaboração de nova ITC, atos posteriores e novo julgamento.
Total no trimestre			4

Nº	Auditoria Especial	Ex.	Decisão
0107	Enivaldo Euzébio dos Anjos (TCES) X Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Mário Rodrigues Lopes, Edson Ribeiro do Carmo, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Ione Aparecida de Aguiar Nunes, Edmilton Ribeiro Aguiar Júnior, João Antonio da Costa Fernandes, Pedro Delfino, Josette Baptista, Pedro José Nunes e Júlio Cezar Costa)	02	1-Regular com quitação para Srs. Mário Rodrigues Lopes, Edmilton Ribeiro de Aguiar Júnior, João Antônio da Costa Fernandes, Josette Baptista, Pedro José Nunes e Júlio Cezar Costa. 2-Regular com ressalva para Sr. Pedro Delfino. 3-Irregulares para Edson Ribeiro do Carmo, Ione Aparecida de Aguiar Nunes Senna e a Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Multa para cada de 2.000 VRTE. Ressarcimento 6.959,26 VRTE para Edson Ribeiro do Carmo em solidariedade com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Ressarcimento 21.212,60 VRTE para Edson Ribeiro do Carmo, Ione Aparecida de Aguiar Nunes em solidariedade com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Total no trimestre			1

Nº	Tomada de Contas	Ex.	Decisão
0197	P. Vitória (Ricardo da Silva Legore)	07	Irregular. Ressarcimento de 9.859,52 VRTE. Dar ciência à Prefeitura Municipal de Vitória.
Total no trimestre			1

Nº	Prestação de Contas de Convênio	Ex.	Decisão
0136	P. Conceição da Barra (Mateus Vasconcelos)	94	Devolvido. Decretar prescrição quanto as irregularidades formais (05 anos). Irregulares. Ressarcimento 22.942,42 VRTE. Acatar como fundamento para interrupção da prescrição a citação válida. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Total no trimestre (nº de acórdãos listados na tabela, mesmo que tenha mais de uma decisão)			1

Nº	Representação	Decisão
0115	Mx Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda X P. São Roque do Canaã (Amadeu Boroto)	Conhecer. Improcedente. Dar ciência
0118	Contcom Serviços de Limpeza e Conservação Ltda X P. João Neiva (Luiz Carlos Peruchi)	Improcedente. Recomendações
0122	Empório Card Ltda X P. Colatina (Leonardo Deptulski)	Receber. Improcedente. Recomendação
0126	Trivale Administração Ltda X P. Aracruz (Ademar Coutinho Devens e Edson Wander Dambroz)	Perda do objeto da representação em relação as cláusulas tratadas nos itens 1 e 2 da ITC. Improcedência em relação ao item 3. Revogar medida cautelar, comprovar em 30 dias publicação de novo edital (se houver interesse). Notificar. Arquivar. Dar ciência.
0153	Dercelino Mongin X P. Iconha (Edelson Brandão Paulino)	Procedência parcial. Improcedência quanto aos itens 1, 2 e 3 da ITC. Instaurar Tomada de Contas. Determinações. Arquivamento
0164	MX Comércio de máquinas e equipamentos Ltda. e Infinity Importação e Exportação Ltda. (Reginaldo dos Santos Quinta e Jovane Cabral Costa)	Conhecer. Procedência para Recomendar não inclusão, nas futuras licitações, das exigências elencadas pelo MPEC. Dar ciência. Arquivar.
0178	URBIS-Instituto de Gestão Pública (Luiz Carlos Peruchi e Giovanna Demarchi Rosa)	Procedência Parcial. Anulação do Pregão no prazo de 30 dias, sob pena de multa. Recomendação. Dar ciência.
0196	Randow e Fraga Advogados Associados X P. Vila Valério (Edecir Felipe e Rogério Castilho de Souza)	Procedência. Declarar a ilegalidade do edital. Determinar a anulação do certame em 30 dias. Recomendação.
Total no trimestre		8

2.2 - Julgamento não conclusivo

Nº	Prestação de Contas (Omissão)	Ex.	Decisão
0105	Fundo Municipal de Saúde de Alto Rio Novo (Edson de Oliveira Timóteo)	6º Bim/10	Multa 1.000 VRTE. Reiterar citação 15 dias
0106	P. Alto Rio Novo (Edson Soares Benfica)	5º Bim/10	Multa 1.000 VRTE. Citação 15 dias
Total no trimestre			2

Nº	Relatório de Gestão Fiscal	Assunto	Ex.	Decisão
0095	P. Alto Rio Novo (Edson Soares Benfica)	Relatório de Gestão Fiscal	1º Quadrimestre/11	Multa 1.000 VRTE. Reiterar citação 15 dias, sob pena de nova cominação legal
Total no trimestre				1

Nº	Relatório resumido de execução orçamentária	Assunto	Ex.	Decisão
0180	P. Alto Rio Novo (Edson Soares Benfica)	Relatório Resumido de Execução Orçamentária–RREO – 2º Bimestre/11	11	Aplicar multa de 1.000 VRTE. Reiterar citação, com prazo de 15 dias.
0181	P. Alto Rio Novo (Edson Soares Benfica)	Relatório Resumido de Execução Orçamentária–RREO – 3º Bimestre/11	11	Aplicar multa de 1.000 VRTE. Reiterar citação, com prazo de 15 dias.
Total no trimestre				2

3 - Pareceres Prévios ⁷

Nº	Parecer Prévio	Ex.	Sessão	Decisão	Revisto
0014	P. Itarana (Edivan Meneghel)	10	10/04	Aprovação	-
0015	P. Santa Leopoldina (Ronaldo Martins Prudêncio e Romero Luiz Endringer)	10	12/04	Aprovação	-
0016	P. Nova Venécia (Wilson Luiz Venturim)	10	12/04	Aprovação. Recomendações	-
0017	P. Santa Maria de Jetibá (Hilário Roepke)	10	12/04	Aprovação	-
0018	P. Baixo Guandu (Lastênio Luiz Cardoso)	10	19/04	Aprovação	-
0019	P. Governador Lindenberg (Asterval Antônio Altoé e Michela Pina Couto)	10	24/04	Aprovação. Extinção do processo sem resolução do mérito em relação a Sra. Michela Pina Couto	-
0020	P. Divino de São Lourenço (Miguel Lourenço da Costa)	10	24/04	Aprovação	-
0022	P. Jaguaré (Evilázio Sartório Altoé, Luiz Cláudio de Freitas e Domingos Sávio Pinto Martins)	10	08/05	Aprovação. Recomendações	-
0023	P. Linhares (Guerino Luiz Zanon)	10	15/05	Aprovação. Recomendações	-
0024	P. Governador Lindenberg (Asterval Antônio Altoé)	10	15/05	Aprovação. Recomendações	-
0025	P. Marilândia (Geder Camata)	10	17/05	Aprovação. Recomendação	-
0026	P. Itapemirim (Norma Ayub Alves)	10	29/05	Aprovação. Recomendações	-
0027	P. Itapemirim (Jorge Cardoso Bechara)	96	12/06	Tornar insubsistente o Parecer Prévio TC-039/1998. Emitir Parecer Prévio recomendando a Aprovação das Contas. Encaminhar cópia do PP ao Legislativo municipal.	-
0029	P. Venda Nova do Imigrante (Dalton Perim)	10	28/06	Aprovação. Recomendações.	-
Total no trimestre (nº de pareceres prévios listados na tabela, mesmo que tenham mais de uma decisão)					14

3.1 - Recursos (Pareceres Prévios)

Nº	Recursos	Ex.	Decisão	Revisto
0021	Elison Cacio Campostrini (P. São Domingos do Norte)	09	Conhecer. Provimento. Reformular Parecer Prévio TC-041/2011. Aprovação	041/11
0028	Aldo Soares de Oliveira (P. Alto Rio Novo)	07	Conhecer. Negar provimento. Manter Parecer Prévio TC- 015/2011. Rejeição	015/11
Total no trimestre				2

⁷ Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.

4 - Pareceres em Consulta

Nº	Interessado	Ementa
0004	P. Iconha (Dercelino Mongin)	Licitação - Participação - Empresa que tem como sócio acionista um Secretário Municipal -Impossibilidade - Construtora que tem como engenheiro responsável o filho do Prefeito - Impossibilidade - Empresa que tem como sócio um servidor público Municipal, efetivo ou comissionado - Possibilidade apenas se o cargo público não contiver poder suficiente para interferir na contratação
Total no trimestre		1

5 – Decisões

Categoria/Espécie	2º Trim
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	
Registro	990
Admissão	458
Aposentadoria	402
Pensão	73
Reforma	18
Transferência para reserva	39
Revisão de proventos	-
Retificação de ato	-
Reexame de decisão	-
Outras	-
Denegar registro	-
Demais decisões - não conclusivas	118
Deferir parcelamento	-
Arquivar	28
Revelia	20
Quitação	1
Consulta - não conhecer	1
Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária)	-
Devolver à origem	3
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-
Notificar/Citar por Edital	2
Alerta	26
Notificar para contra-razões	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	-
Determinar/Recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	3
Denúncia - receber / apurar	4
Outras	30
Total	1.108